



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 107337938 (SEI!)

O empreendimento RGX MINERAÇÃO LTDA pretende atuar no ramo de mineração e exercer suas atividades no município de Presidente Olegário-MG. Em 23/01/2025 foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 411/2025, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). As atividades do empreendimento objetos deste licenciamento são a “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” (A-02-07-0), com produção bruta de 50.000 t/ano, “Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco” (A-05-01-0), com capacidade instalada de 50.000 t/ano e “Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos” (A-05-04-6), com área útil de 1 ha. O mesmo se encontra na fase de projeto. Os parâmetros informados justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista o caso de potencial poluidor médio e porte pequeno para as três atividades, com a incidência de critério locacional peso 1 (Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio), sendo então classificado em classe 2.

Conforme consulta à IDE-Sisema, o imóvel rural se encontra no bioma Cerrado. Como foi informado que não haverá supressão de vegetação, não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento. **Resta vedada qualquer intervenção ambiental na área do empreendimento.** Estando este localizado em zona rural, foi apresentado o seguinte registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3153400-304B.7979.A1EB.4E36.A2EC.B2F5.6A1F.FE2B. Quaisquer situações de déficit serão oportunamente averiguadas pelo órgão competente, conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.132/2022, neste caso, o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Foi apresentado estudo específico para critério locacional (cavidades), realizado pelo engenheiro ambiental José Campos dos Anjos Junior, CREA MG0000156501D MG, ART: MG20243571966, tendo o mesmo atestado a inexistência de cavidades na área do empreendimento e em seu entorno, por meio da realização de levantamentos técnicos em campo e de dados secundários.

O empreendimento consistirá em um complexo minerário e industrial, dedicado a extração de minerais não metálicos - mais especificamente, executando a lavra de potássio – e beneficiamento dos minerais extraídos. O método de lavra a ser utilizado de acordo com o jazimento do potássio é lavra a céu aberto, à meia encosta em bancadas e com a configuração final de uma cava aberta, *open pit*, com extração e carregamento por escavadeira.

Foi declarado no RAS que a área total será de aproximadamente 12 ha, sendo também a ADA, com área de lavra de 8,13 ha, e área construída de 1 ha. O contingente humano previsto é de 18 funcionários, sendo 8 no setor administrativo e 10 no setor de produção, em um regime de operação de 08 horas/dia, 05 dias por semana, durante 12 meses por ano. Serão utilizados 1 caminhão pipa, 1 caminhão basculante, 1 pá carregadeira, 1 escavadeira, gerador de energia, e equipamentos de beneficiamento (silo com calha vibratória, correia transportadora, peneira vibratória, britador e rolo moedor).

A água necessária para umidificação de vias e paisagismo, consumo humano e lavagem de pisos e equipamentos será proveniente de abastecimento de água a compra, por meio de caminhão pipa. para o armazenamento da água destinada ao consumo humano - usado nas estruturas de apoio -, será utilizada uma caixa d'água com capacidade de 5.000 litros.

Continua



Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) n° 107337938 (SEI!)

As outorgas de direito do uso de águas públicas estaduais deverão ser oportunamente renovadas na Unidade Regional de Gestão das Águas responsável.

Seguem os principais aspectos ambientais, a descrição dos impactos e as medidas de controle ambiental a serem adotadas:

Quanto ao sistema de tratamento do esgoto sanitário, a infraestrutura de apoio utilizará 1 (um) biodigestor instalado próximo ao escritório administrativo e refeitório. O sistema foi dimensionado para atender 21 pessoas – capacidade de 1.500 litros.

O empreendedor declarou que haverá no local, ponto de abastecimento, oficina mecânica, lavador e gerador. A oficina será dotada de piso impermeável, cobertura, canaletas de drenagem para coleta e direcionamento dos efluentes oleosos à Caixa Separadora de Água e de Óleo – CSAO. O ponto de abastecimento será instalado em uma bacia de contenção construída em alvenaria e sistema de escoamento de efluentes, que direcionará os líquidos coletados para o CSAO. O gerador será instalado em uma área com piso impermeabilizado, cobertura e bacia de contenção, além de sistema de escoamento de efluentes, que direcionará os líquidos coletados para o CSAO. O lavador deverá ser instalado com piso impermeável, além de canaletas de drenagem para coleta e direcionamento dos efluentes oleosos a CSAO.

Durante o período de vigência da licença ambiental o empreendedor/responsável técnico deverá executar a manutenção/limpeza das canaletas, biodigestor e CSAO, conforme indicação no manual do fabricante ou projeto, guardando os registros destes procedimentos, bem como da destinação ambientalmente correta do lodo e material extraído.

A empresa irá instalar sistema de drenagem pluvial nas áreas de maior declive do empreendimento e no entorno da pilha de estéril. O sistema contará com canaletas escavadas em solo e bacia contenção (*sumps*), com vistas na redução da energia do escoamento superficial, retraindo sedimentos e permitindo a infiltração no solo. Durante o período de vigência da licença ambiental o empreendedor/responsável técnico deverá avaliar a eficiência da drenagem e sua manutenção/limpeza.

Em relação aos resíduos sólidos, o resíduo doméstico deverá ser acondicionado em recipientes adequados e destinado a aterro sanitário/aterro classe II; As sucatas e materiais recicláveis deverão ser acondicionados em recipientes adequados para posterior destinação a empresas de reciclagem. Os resíduos perigosos deverão ser armazenados de forma a evitar a contaminação do solo e serem encaminhados para empresas licenciadas ou revendedores. O empreendedor deverá manter controle e monitoramento sobre a produção, acondicionamento e destinação dos resíduos citados, visando sempre à diminuição da geração dos mesmos.

Destaca-se que é obrigatório o acondicionamento temporário adequado, bem como a destinação apropriada dos resíduos (conforme sua classificação) para empresas licenciadas ambientalmente, durante toda a operação do empreendimento. Foi informado que os resíduos serão armazenados na Área de Armazenamento de Resíduos, destinada a este fim, sendo segregados e acondicionados em estrutura coberta e impermeabilizada, a fim de evitar contaminação do solo, para então serem destinados de forma ambientalmente correta.

Continua



Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) n° 107337938 (SEI!)

Os ruídos e emissões atmosféricas serão provenientes da movimentação das máquinas, carregamento e transporte do minério e gerador. As medidas mitigadoras referem-se à manutenção periódica dos equipamentos e veículos utilizados, inclusive para que os gases e materiais particulados lançados na atmosfera atendam os parâmetros de conformidade das normativas cabíveis, além da aspersão de vias.

O empreendedor deverá desenvolver um programa de conscientização ambiental com os funcionários, além de instalar placas de advertência quanto à presença de animais, à redução de velocidade nas vias internas e a proibição de caça e pesca.

Ainda, no que tange ao meio socioeconômico, recomenda-se a priorização e captação de mão-de-obra local, além da comunicação com os grupos sociais da ADA.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados nos estudos, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados posteriormente aos autos do processo.

Não foi realizada vistoria no local, sendo o empreendedor e seu(s) consultor(es) único(s) responsável(eis) pelas informações apresentadas e reproduzidas neste parecer.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do RAS, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “RGX MINERAÇÃO LTDA”, no município de Presidente Olegário - MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo SEI n° 2090.01.0000613/2025-98.		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo (protocolo)
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. <i>*Ressalta-se que, após as instalações necessárias ao funcionamento das atividades, fica o empreendedor na obrigatoriedade de cumprir com todas as condicionantes elencadas neste parecer (Anexo II).</i>	A contar da comprovação da instalação das estruturas e início da operação das atividades
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a instalação dos sistemas de controle ambiental dos efluentes líquidos e atmosféricos, resíduos sólidos e drenagem pluvial, conforme normas técnicas vigentes, além de atestar a possibilidade de início da operação do empreendimento.	Até 06 (seis) anos a contar da data de concessão da licença ou a partir da instalação e funcionamento das atividades
03	Apresentar o Relatório Anual de Lavra (RAL) e as informações pertinentes à Movimentação da Produção Bruta, principalmente a produção mensal em toneladas.	Anualmente A contar do início da operação das atividades Apresentar até o dia 30 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório
04	Apresentar relatório técnico e fotográfico demonstrando e atestando a implantação e monitoramento das medidas de preservação e conservação na propriedade, quanto a remanescentes florestais, Reserva Legal e APP (manutenção de aceiros), conservação do solo, drenagem pluvial e conservação das vias de circulação (aspersão de vias, curvas de nível, canaletas e bacias de contenção).	Anualmente A contar da comprovação da instalação das estruturas e início da operação das atividades Apresentar até o dia 30 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da Publicação da Concessão da Licença no Diário Oficial.**

Obs.: 1 Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante, sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A);



Obs.: 2 A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Obs.: 3 Os laboratórios impreterivelmente devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Obs.: 4 As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a sucedê-las.

Obs.: 5 Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência nestas condicionantes deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Obs.: 6 Relatar à URA TM, todos os fatos ocorridos na unidade industrial que causem ou possam causar impacto ambiental negativo, imediatamente após sua constatação, ressalvados os casos em que a comunicação deva ser direcionada ao Núcleo de Emergências Ambientais – NEA, nos termos do artigo 126 do Decreto Estadual 47.383/2018.



ANEXO II

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

Item	Descrição da Condicionante	Prazo (protocolo)
01	<p>Executar Programa de Automonitoramento de Efluentes Atmosféricos para todos os veículos e máquinas próprios e/ou terceirizados movidos a óleo diesel, conforme diretrizes especificadas nesse Parecer.</p> <p>A execução do programa deverá ser realizada conforme os termos da Portaria IBAMA nº 85, de 21 de outubro de 1996, e sua comprovação por meio de relatório contendo os resultados obtidos bem como a identificação, registro profissional, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a assinatura do responsável pelas amostragens.</p> <p>Deverão também ser informados os dados operacionais, e anexados os certificados de calibração do equipamento de amostragem. As análises efetuadas devem estar acompanhadas pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório.</p> <p>*Aferição: Anual.</p> <p>** Período de Execução: Durante a Instalação e Operação</p>	<p>Anualmente</p> <p>Apresentar até o dia 30 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório</p>
02	<p>Para os resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG, apresentar a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações semestrais realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento.</p> <p>*Aferição: Outra - De acordo com a instalação e operação do empreendimento</p> <p>** Período de Execução: Durante a Instalação e Operação</p>	<p>Semestralmente</p> <p>Conforme determinações da DN Copam nº 232/2019</p>



IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA TM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017.
- A execução do Programa de Automonitoramento deverá observar o disposto na Deliberação Normativa COPAM n.º 165/2011, que estabelece critérios e medidas a serem adotadas com relação a este programa. Ainda conforme a referida Deliberação, os laudos de análise e relatórios de ensaios que fundamentam o Automonitoramento deverão ser mantidos em arquivo no empreendimento ou atividade em cópias impressas, subscritas pelo responsável técnico legalmente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, os quais deverão ficar à disposição dos órgãos ambientais.
- As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a alterá-las ou sucedê-las.
- Constatada qualquer inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental

Parecer Técnico FEAM/URA TM - CAT nº. 12/2025

Uberlândia, 12 de fevereiro de 2025.

PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS)			
PROCESSO SLA: 411/2025		Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI: 107337938	
SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento			
EMPREENDEDOR: RGX MINERACAO LTDA		CNPJ: 40.875.865/0001-16	
EMPREENDIMENTO: RGX MINERACAO LTDA		CNPJ: 40.875.865/0001-16	
MUNICÍPIO: Presidente Olegário		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: 18°17'49.047"S		LONG/X: 46°36'19.078"O	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"> Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. 			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	2	1
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco	2	1
A-05-04-6	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
José Campos dos Anjos Junior		MG156501D MG	MG20243571966



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor (a)**, em 12/02/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Dovigo Biziak, Servidor(a) Público(a)**, em 12/02/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **107339548** e o código CRC **DA86DCFC**.

Referência: Processo nº 2090.01.0001651/2025-08

SEI nº 107339548

À URA CENTRAL

Assunto: Retificação do Certificado de Licenciamento

Ref.: Processo SEI 2090.01.0001651/2025-08

Processo Administrativo Licenciamento 411/2025

Prezado (a),

O empreendimento RGX MINERAÇÃO LTDA. inscrito sob o CNPJ nº 40.875.865/0001-16, vem, respeitosamente, por meio deste solicitar a retificação do certificado de licenciamento ambiental LAS/RAS 411/2025 quanto a substância mineral de interesse, conforme abaixo descrito:

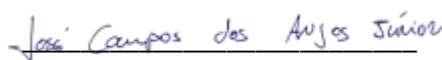
Substância constante no certificado:

BAUXITA

Substância mineral correta:

POTÁSSIO

Conforme direito minerário nº 832530/2022-34, o empreendimento informou à ANM em 22 de julho de 2023 a existência de rocha potássica – prot. 8027770 -, se tornando este o mineral de interesse.



José Campos dos Anjos Junior

Responsável técnico

CREA MG 156501/D



Usuário Externo (signatário):	José Campos dos Anjos Junior
Data e Horário:	06/03/2025 09:35:35
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	2090.01.0001651/2025-08
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Ofício Solicitação de retificaç. de certificado	108741534

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Fundação Estadual do Meio Ambiente.

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS DE LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba - URA AP, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 51, §1º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, atesta a atualização de dados da Licença Simplificada **LAS RAS** nº **411/2025**, referente ao empreendimento **RGX MINERACAO LTDA** CNPJ **40.875.865/0001-16**, conforme tabela abaixo:

Item	Substância Mineral referenciada no certificado de licença ambiental	Substância Mineral a ser considerada no certificado de licença ambiental
1	BAUXITA	ROCHA POTÁSSICA- POTÁSSIO

As informações que instruíram o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado por **RGX MINERACAO LTDA** CNPJ **40.875.865/0001-16** se encontra disponível para consulta no Processo **SEI 2090.01.0001651/2025-08**.

Este documento assegura a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental para atualização dos dados, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Ana Carolina Silva Brito
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Silva Brito, Chefe Regional**, em 25/03/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109541577** e o código CRC **A59F6413**.

Data de Envio:

25/03/2025 13:28:49

De:

FEAM/Institucional <nao.tm@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

jose.sei@cscambiental.com.br

Assunto:

CERTIFICADO LAS RAS 411/2025- RGX MINERACAO LTDA-2090.01.0001651/2025-08

Mensagem:

Prezado requerente:

Segue a certidão de atualização referente ao pedido da alteração da licença

Atenciosamente,
Jaqueline Ramos da Silva
Núcleo de Apoio Operacional | técnico ambiental
Fundação Estadual de Meio Ambiente- FEAM
(34) 3088-6400- Jaqueline.silva@meioambiente.mg.gov.br

Anexos:

E_mail_109206979.html
Certidao_109541577.html

